EXPO 2010 – 2a. Feira Internacional de Equipamentos e Soluções para Meio Ambiente

A Lei e Políticas Públicas de de Resíduos Sólidos

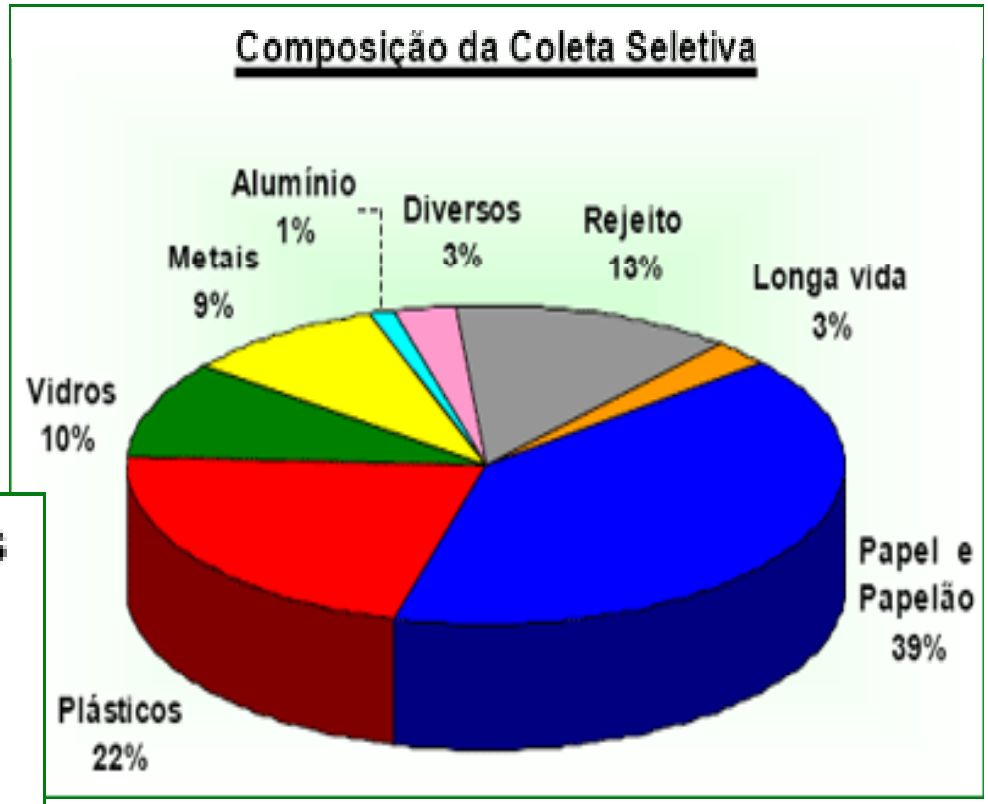
28/04/2010

Quadro de degradação ambiental e de saúde pública

Resíduos Sólidos - uma questão social

Dados de Coleta Seletiva no Brasil

Fonte: CEMPRE - Ciclosoft/ 2008



Ministério do Meio Ambiente

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

Política Nacional de Resíduos Sólidos

ANTECEDENTES

1991 – Projeto de Lei nº 203/91

2006: Aprovação do Relatório Substitutivo – que trata do PL 203/91 acrescido da liberação da importação de pneus usados no Brasil

2007: Envio pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional do PL 1991/2007 (primeira iniciativa do Executivo sobre a matéria)

2008 - Constituição de Grupo de Trabalho (GTRESID) no âmbito da Câmara dos Deputados → proposta do Relator: Subemenda Sustitutiva

2010 - Previsão de votação em Plenário – 1º semestre 2010

ASPECTOS INSTITUCIONAIS - LEGAIS ENVOLVIDOS COM A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Interface com legislação: Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005 e Decreto Regulamentador), Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e demais resoluções de Conselhos Nacionais (CNS, Conama, Concidades e outros);

Consonância com Políticas Públicas: de Meio Ambiente, de Recursos Hídricos, de Desenvolvimento Urbano (Estatuto das Cidades), Saúde, Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, de Saneamento Básico, de Educação Ambiental, dentre outras

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ALGUNS PRINCÍPIOS

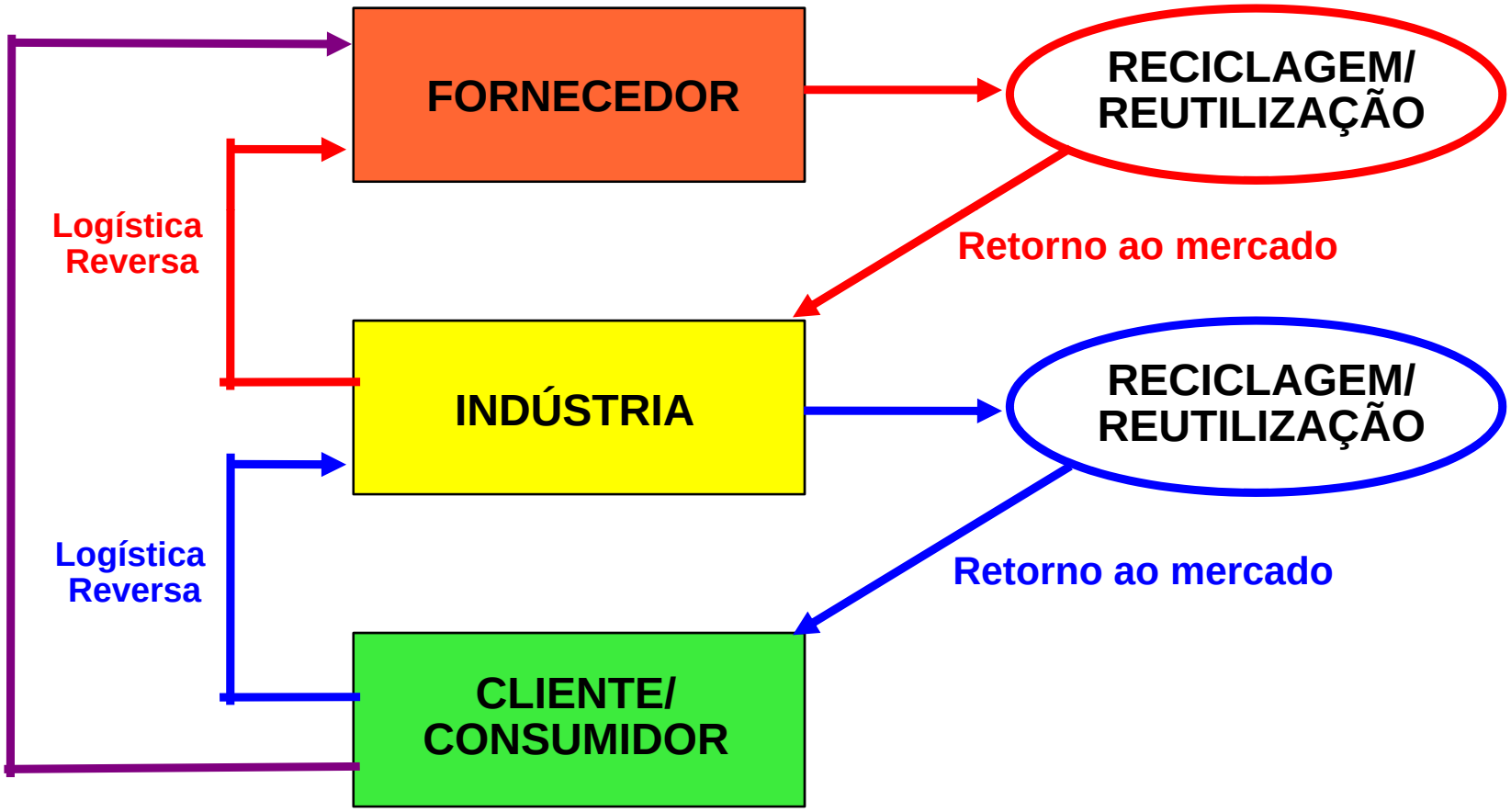
- ✓Prevenção e precaução;
- ✓Poluidor-pagador e protetor-recebedor;
- ✓Desenvolvimento sustentável;
- ✓Ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento de bens e serviços, e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais
- ✓A cooperação entre as diferentes esferas do Poder Público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;
- ✓Responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- ✓Reconhecimento do resíduo reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania;

POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ALGUNS INSTRUMENTOS

- ✓ Planos de Resíduos Sólidos nos âmbitos Nacional, Estadual, Microregional/Regiões Metropolitanas, Municipal e dos geradores (planos de gerenciamento de resíduos sólidos);
- ✓ Logística Reversa, Coleta Seletiva e demais ferramentas voltadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- ✓ Sistema Nacional de Informações: SINIR, SINISA E SINIMA;
- ✓ Incentivos fiscais, financeiros e creditícios;
- ✓ Pesquisa científica e tecnológica;
- ✓ Educação ambiental;
- ✓ Licenciamento e revisão de atividades potencialmente poluidoras;
- ✓Conselhos e respectivas resoluções.

Esquema Simplificado da Logística Reversa



Responsabilidade Compartilhada pelo Ciclo de Vida dos Produtos

Conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes , dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pela minimização do volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como pela redução dos impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos

Responsabilidade Compartilhada e Logística Reversa

✓Ampliação da obrigatoriedade da logística reversa, hoje existente apenas para alguns poucos produtos (Artigo 33);

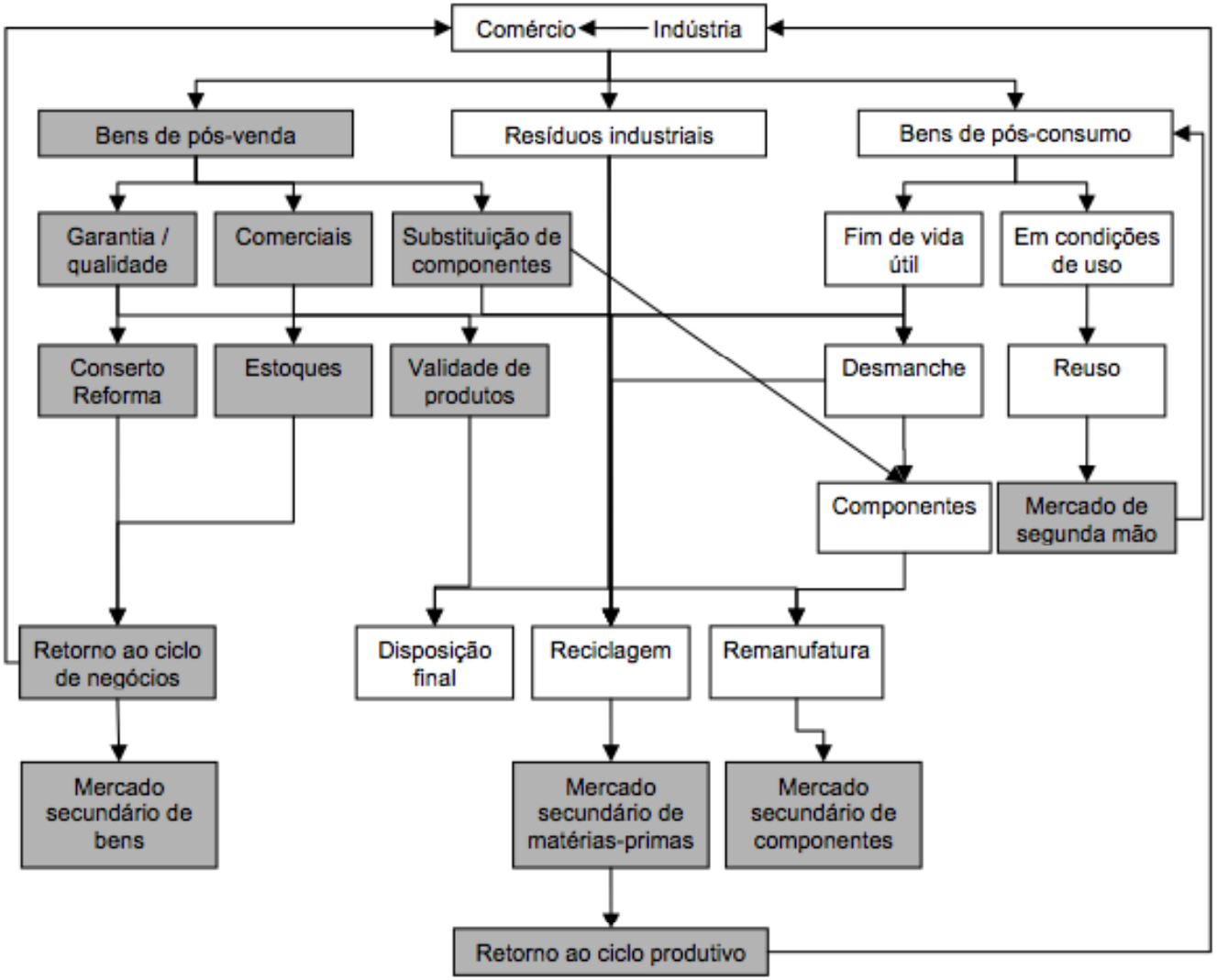
✓Ampliação para outros produtos mediante regulamento, acordos setoriais e termos de compromisso (Poder Público e setor empresarial) onde a logística reversa seja técnica e economicamente viável, considerando-se ainda o grau e a extensão do impacto à saúde pública e ao meio ambiente dos resíduos gerados

✓ Logística reversa → necessidade da manutenção de informações atualizadas junto ao órgão municipal competente e demais autoridades.

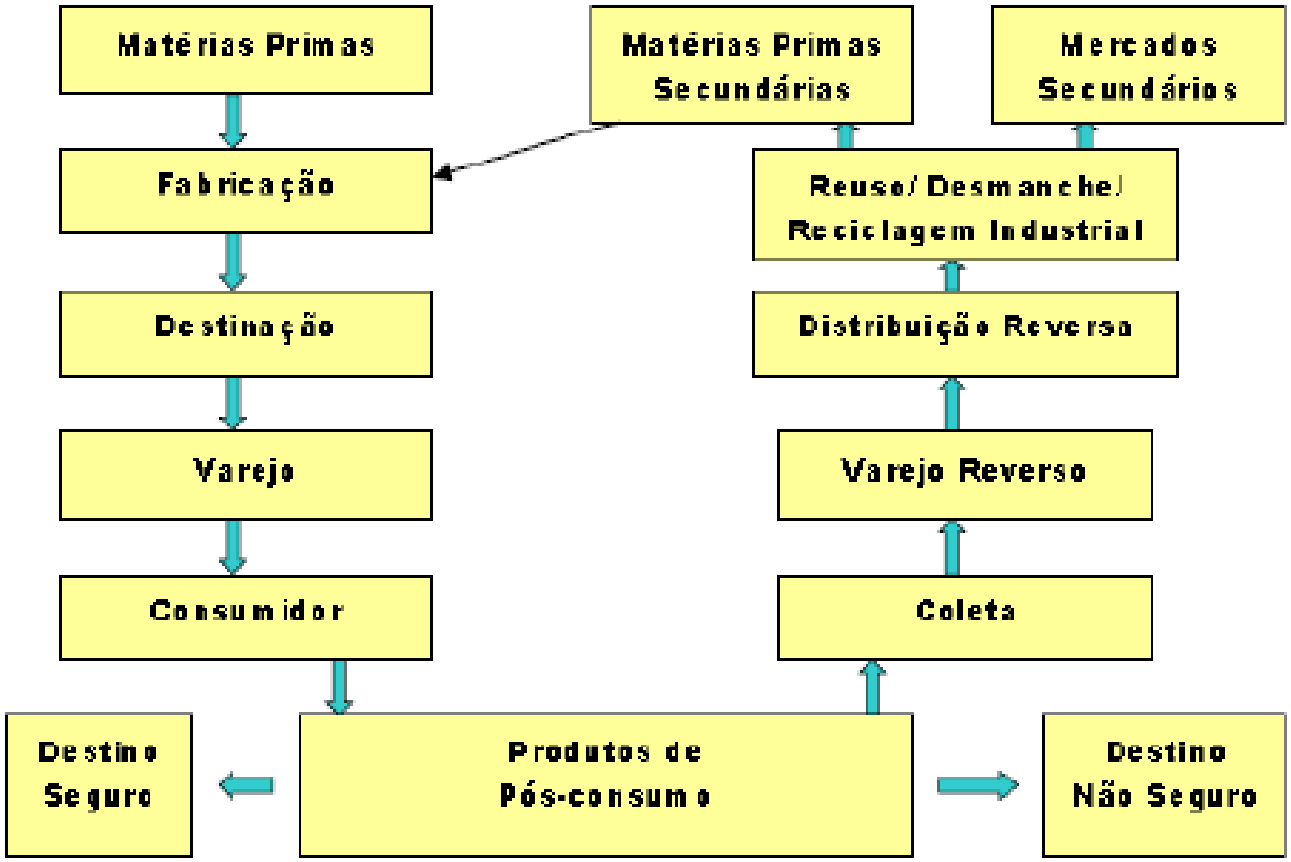
Benefícios e Oportunidades da Implementação da Logística Reversa

✓Redução da demanda por matérias-primas e energia → *menor "stress" no meio ambiente*;
✓Redução da geração de resíduos → *menor impacto na saúde pública* e no volume de resíduos destinados a aterros sanitário(aumento da vida útil do aterro e redução de investimentos);
✓Melhoria da imagem das empresas – Marketing empresarial → capacidade de atingir mercados mais exigentes (etiquetagem, certificação etc.);
✓Redução de custos (diretos e indiretos) para as empresas;
✓Geração de oportunidades de incremento de renda, de forma organizada e articulada para grupos sociais específicos(catadores)

Detalhamento – Logística Reversa



Logística Reversa de Pós-Consumo
(Fonte: Leite Consultoria - 2003)



Ferramentas de Planejamento

Ferramentas de Planejamento (Setor público e privado)

Ações relacionadas com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos executadas ou acompanhadas pelo MMA

- ✓Coordenação do programa federal de resíduos sólidos no PPA;
- ✓Apoio aos Governos Estaduais para implementarem a regionalização e a gestão integrada de resíduos sólidos;
- ✓Apoio aos Municípios e Estados para atuarem preferencialmente de forma cooperada, utilizando-se dos Consórcios Públicos Intermunicipais ou Interfederativos para a gestão de resíduos sólidos;
- ✓Apoio aos Municípios para a capacitação dos gestores públicos da área de resíduos;
- ✓Apoio aos Municípios para apoiar e contratar cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a implementação da coleta seletiva;
- ✓Apoio às cooperativas de catadores com a implementação da Coleta Seletiva Solidária no serviço público federal

Ações relacionadas com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos executadas ou acompanhadas pelo MMA

Contratação estudo (Projeto TAL) – Realizar estudos visando desenvolver aspectos técnicos, econômicos, ambientais e sociais das ferramentas previstas no Projeto de Lei que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, quais sejam: Logística Reversa, Análise do Ciclo de Vida, Redução, Reuso, Reciclagem, Remanufatura e Ecodesign

PAC II Resíduos Sólidos – Em fase de estruturação

Ações relacionadas com a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos executadas ou acompanhadas pelo MMA

Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU) → Programa em desenvolvimento com foco na reciclagem e nos serviços prestados pelos catadores de materiais recicláveis

Objetivodo PSAU : desenvolvimento de metodologia para valoração dos serviços ambientais prestados pela reciclagem, como subsídio para formulação de políticas públicas e reduzir a volatilidade dos preços dos materiais recicláveis, com alcance social para os catadores.

CONAMA

Câmara Técnica Saúde, Saneamento Ambiental e Gestão de Resíduos (Grupos de Trabalho)

GT: Resíduos de Equipamentos Eletroeletrônicos

GT: Disposição Final para Resíduos de Lâmpadas Mercuriais

GT: Embalagens de óleos lubrificantes usadas

Grupos de Trabalho

REE → Minuta de Resolução (apresentada por MG) – normas e procedimentos para o gerenciamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos elétricos e eletrônicos no Brasil, priorizando as ações que estimulem a redução da geração, a reutilização, a reciclagem e a disposição final adequada

Lâmpadas Mercuriais → Proposta de Minuta de Resolução: Disciplinar os procedimentos de coleta, armazenagem, transporte, reciclagem, tratamento e disposição final de resíduos de lâmpadas contendo mercúrio de modo a minimizar os impactos no meio ambiente e na saúde pública resultantes destas atividades

Grupos de Trabalho

Óleos Lubrificantes → Proposição de resolução que dispõe sobre o licenciamento de atividades de recebimento, armazenamento e destinação final das embalagens de óleos lubrificantes

(Seminário – 02/março/2010 – auditório MMA/sede)

FIM

Muito Obrigado!

Silvano Silvério da Costa

Secretário Nacional de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Ministério do Meio Ambiente

silvano.costa@mma.gov.br